

A Crise e a Sociologia do Reverso

The Crisis and the Sociology of Reverse

CARLOS FORTUNA
Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra
cfortuna@fe.uc.pt

Cumprimento a todas e a todos e congratulo-me com a realização deste Encontro de estruturas da sociologia ibérica. É uma grande satisfação estar aqui a trocar impressões com os/as colegas sobre os efeitos da crise a sociologia que fazemos.

Quero assinalar três aspetos muito particulares da sociologia na atualidade. Antes, porém, permitam duas breves notas introdutórias. A primeira para assinalar que há justamente 100 anos atrás a troca correspondência entre Manuel Laranjeira e Miguel de Unamuno releva uma longa e continuada complexidade dos tempos vividos de um lado e outro da fronteira que nos tem mantido próximos, porém distantes. O mal-estar que compartilhavam aqueles intelectuais, atribuíam-no não só à política e a cultura de seus/nossos países mas também à política e à economia de uma Europa que, escrevia Laranjeira, despreza os povos da Ibéria: «A Europa despreza-nos; a Europa civilizada ignora-nos; a Europa medíocre, burguesa, prática e egoísta, detesta-nos como se detesta gente sem vergonha e, sobretudo, sem dinheiro». Ao contrário de há 100 anos, porém, os tempos de hoje não são de tão desesperada filosofia e impotência como os que em Portugal conduziram a uma onda de suicídios — vista como atitude nobre e redentora — de figuras conhecidas da política, das artes e da cultura.

A segunda nota introdutória é para assinalar que se este encontro tivesse tido lugar há 20 ou 30 anos a minha intervenção, por certo outras também, trataria de um rasgado elogio ao contributo ímpar que a sociologia, enquanto disciplina académica e, sobretudo, enquanto profissão, estava a prestar à decisão política e à construção de um Portugal democrático. Seria o elogio dos instrumentos metodológicos da sociologia e da vigorosa abertura cognitiva que propiciavam e que alimentavam a desmedida vitalidade académica da jovem disciplina. Os tempos em que esta reflexão tem lugar são hoje menos entusiásticos e recomendam uma análise fria da sociologia sob os efeitos da crise que vivemos.

1

Quero dedicar-me agora às três questões enunciadas. Em primeiro lugar, desejo trazer à vossa consideração a questão dos princípios filosóficos e políticos da sociologia tal como foi fundada e cresceu desde há uns 150 anos. Para mim, o seu grande obstáculo reside em, desde cedo, se ter tornado em ciência social de escala nacional, ou regional. Surgida em tempos de aguerrido nacionalismo, a sociologia, como outras ciências sociais, acabou por se configurar dentro dos limites do estado-nação e da sua agenda sociopolítica. A questão das fronteiras é desde sempre uma questão central da sociologia e do modo como ela se debruça sobre a realidade que estuda. Não apenas as fronteiras políticas do estado-nação, por vezes também as fronteiras políticas no interior deste e, principalmente as fronteiras social e psicologicamente interiorizadas que separam classes, grupos sociais, identidades e estilos de vida. O modo de organização da sociologia em associações nacionais ou regionais ilustra esta «regionalização» dos seus objetos de estudo prediletos. Mesmo a ISA que constitui a grande aposta na reflexão sociológica sem fronteiras acabou recentemente por albergar no seu seio um comité especializado de sociologias regionais.

Há duas consequências de relevo resultantes desta modalidade de organização do pensamento sociológico. A primeira diz respeito à dificuldade em produzir um pensamento sociológico translocal. Sem desprezo pela análise da realidade nacional, regional ou local, a sociologia não pode evitar o plano da translocalidade que é aquele onde se manifestam os efeitos complexos da inserção nacional ou local das redes multifacetadas e de escala múltipla da atualidade sociopolítica. A sociologia tem perdido muito do que se pode pensar ser a virtude de uma cosmovisão que estabeleça o diálogo entre as estruturas nacionais e as grandes estruturas transnacionais. É preciso insistir nesta visão alargada dos problemas sociológicos, sem que isso signifique o abandono da análise territorializada, local, regional ou nacional. O uso de potentes bases de dados inter-nacionais hoje disponíveis e em contínua produção, podem ajudar a reduzir esta visão da sociologia dentro de fronteiras já que a questão central é a da maneira como lemos e utilizamos esses dados. A questão não é, portanto, de método, mas cultural. Tudo remete para uma inquestionada categoria «nacional» que, se interpõe epistemologicamente à noção de «sociedade».

A segunda consequência desta regionalização ou nacionalização da sociologia tem a ver com o exercício da profissão de sociólogo. De um modo geral, a sociologia tem sido uma formação de base para gerações de sociólogos a trabalhar em gabinetes, programas ministeriais, institutos e agências do estado. Enquanto quadros técnicos e especialistas em diversos ramos do saber e da intervenção, a produção de estudos e pareceres dos sociólogos é parte constitutiva do estado social moderno e do seu desenvolvimento. Este é o lado mais fulgurante do desenvolvimento da sociologia como profissão para centenas de jovens sociólogos. Em tempos de crise e retração do estado social, estes profissionais de sociologia vêm ameaçados os termos em que o seu emprego especializado crescia. É natural que, a busca de explicações se situe entre, por um lado, a condenação da perda da vitalidade do estado e o recuo da sua intervenção e os efeitos sociais que gera e, por outro lado, a reflexão sobre a própria empregabilidade e profissionalidade da sociologia.

Mas há o outro lado da profissão dos sociólogos. É o lado da docência e da investigação em sociologia. Muito mais limitado na sua expressão numérica, o contingente dos sociólogos docentes e investigadores relaciona-se de uma maneira bem distinta com os tempos de crise. Desde logo, a crise é um laboratório infundável de rearranjos e reconfigurações sociais propícias para captar a ação e a imaginação dos sociólogos. Em muitas circunstâncias, a crise pode gerar até o aumento, contido e temporário, da pesquisa e dos projetos de investigação. Não estou a argumentar na forma distinta como a crise e a retração do estado social origina modos distintos de análise sociológica da realidade atual por parte das diferentes condições profissionais dos sociólogos. Estou a dizer que circunstâncias profissionais distintas podem, no entanto, gerar respostas técnicas e interpretações similares, umas e outras, apostadas na defesa do estado social e na rejeição dos efeitos negativos do seu recuo para a democracia e as condições de vida.

2

A minha segunda contribuição refere-se aos desafios que a crise pode acarretar para os fundamentos institucionais da sociologia, como de resto também outras ciências sociais. Regresso aos tempos da institucionalização da sociologia como disciplina científica e à sua legitimação universitária. O grande confronto que a «nova» ciência enfrentou foi, grosso modo, em torno da lógica dos determinismos e da relação entre o indivíduo e a sociedade. Foi um confronto com as ciências morais dos séculos XVIII e XIX que acabou, como sabemos, pelo reconhecimento vitorioso da versão durkheimiana e weberiana do primado do social. A sociologia permitiu-se assim distanciar-se das «ciências do indivíduo» e abordar a sociedade como organização coletiva de funcionamento regular e estável, no limite repetitiva. A influência do social condiciona o comportamento individual que, assim, pode ser reduzido à construção de indicadores e índices de regularidade societal, quicá de previsibilidade. Foi esta positividade da sociologia que assegurou a sua admissão no seio das disciplinas universitárias e, assim, lhe garantiu uma cientificidade e um rigor assentes em pressupostos bem diferentes daqueles que sustentavam as disciplinas morais. A questão do livre arbítrio, o peso dos fatores psicológicos e políticos do comportamento individual, a presença do risco e da imprevisão, a natureza não social do social ou a incorporação da tecnologia na noção de agência, podem ser tidos como sinais de uma vasta «região» negligenciada da sociologia desde as suas formulações clássicas. A intensidade com que estes fatores interferem na sociedade contemporânea não me faz pensar apenas na necessidade de a sociologia abrir fronteiras — regressaríamos ao tema inicial — para, em diálogo com outras disciplinas, oferecer uma leitura mais apurada da interação indivíduo-sociedade e de eventuais regimes de causalidade e de não-intencionalidade. O que a intensidade do imprevisto da sociologia ou, se preferirem, do seu «im-pensado» me suscita é julgar como seria a ironia suprema do futuro desta área do saber se, desafiada por novos contextos filosóficos e políticos, pudesse ver diminuída a sua longamente conquistada legitimidade científica e, no limite, ser ainda mais secundarizada nas agendas universitárias do conhecimento e correr o risco de replicar o trajeto das ciências morais que

soçobraram enquanto explicação do mundo, para o que, como sabemos, muito contribuiu a emergência da própria sociologia.

3

A minha terceira e última observação desenrola-se em torno do futuro da sociologia perante a crise. Referi-me atrás, em primeiro lugar, à questão do que poderíamos chamar a «des-estatização» e «des-nacionalização» da sociologia.

Enunciei, depois, uma preocupação com a solidez filosófico-científica da disciplina. Destas considerações retiro uma interrogação sobre o que seria uma sociologia do reverso. Quero significar com esta fórmula provocatória, uma abordagem sociológica da realidade que vivemos condicionada por uma insidiosa inversão dos termos em que pudemos assistir ao avanço dos direitos e à melhoria das condições materiais de vida. Foi nesse ambiente de «progresso» que a sociologia singrou e se consolidou durante os últimos cem anos. Numa palavra, como é fazer sociologia quando regridem os direitos civis, políticos, sociais e culturais, nos nossos países, na «Europa medíocre» de que falava Manuel Laranjeira, e no mundo em geral? Como é ser-se sociólogo quando a pobreza alastra, as classes médias se fragilizam, o emprego escasseia, a doença grassa e os estados sociais regridem? Tudo ocorre ao invés dos tempos áureos do fortalecimento do estado-nação e das políticas do estado social e da sua cúmplice sociologia. Toda a solidez parece estar a dissolver-se. A sociologia do reverso é a sociologia dos tempos desta sociedade invertida nas suas conquistas civilizacionais. Teremos de aprendê-la de novo e de ensiná-la noutras moldes. Não bastam nem as transições paradigmáticas, nem as revoluções científicas. Tão pouco chegam as ruturas epistemológicas. A questão é mais profunda ainda. Para além da reforma epistemológica, a sociologia dos tempos de crise impõe a necessidade de uma reforma epistémica. Não são apenas dos princípios filosóficos e metodológicos da sociologia que estão a ser questionados, mas acima de tudo a atitude moral e a axiologia dos seus praticantes. Tanto os técnicos, especialistas e funcionários estatais, como os docentes e investigadores. Uma reforma dos seus posicionamentos e dos seus renovados objetos sem fronteiras pode ser, estou convencido, o que a nova sociologia está hoje a exigir de nós. Como será, o que será, esta possível sociologia do reverso? Como apenas os sociólogos podem permitir-se dizer, necessitamos de mais e mais sociologia para responder!

Muchas Gracias